



RELISE

COMPRAS DE MEDICAMENTOS: PADRONIZAÇÃO E SELEÇÃO EM UM HOSPITAL VETERINÁRIO PÚBLICO¹

DRUG PURCHASES: STANDARDIZATION AND SELECTION IN A PUBLIC VETERINARY HOSPITAL

José Eduardo Silva²

Alexsandro Bezerra Correia Bilar³

RESUMO

O processo de aquisição de medicamentos em órgãos públicos requer um conjunto de técnicas e procedimentos que envolve uma equipe multidisciplinar para o atendimento das suas necessidades. Faz-se necessária uma gestão comprometida e responsável por garantir o funcionamento da instituição, sem causar prejuízos à comunidade assistida e à equipe de profissionais executora da prestação de serviço, uma vez que são investidos altos valores do orçamento disponível. Daí a aquisição de medicamentos depende de seleção e padronização, cabendo aos estabelecimentos públicos recorrerem à licitação, na modalidade pregão eletrônico, que condiciona economia e legitimidade no uso de recursos financeiros, cada vez mais contingenciados, observando que o pregão atribui flexibilidade ao ente público. O conhecimento das regras de compras de medicamentos e as demais questões que compreendem acondicionamento, armazenamento, preços, devem ser consideradas. Este estudo objetivou analisar a eficiência do processo de compras de medicamentos em um hospital veterinário público, com observação sistemática in loco e levantamento bibliográfico nas produções acadêmicas dos últimos anos, considerando o período de 2005 a 2019, indexadas nas plataformas de pesquisa Capes, Google Acadêmico e Scielo. Concluiu-se que a unidade hospitalar veterinária estudada desenvolve um processo de compras com eficiência e bem estruturado, contudo, falta-lhe melhor adaptação em padronização de fármacos e formalização da equipe envolvida.

Palavras-chave: gestão, produtos hospitalares, órgão público, licitação.

¹ Recebido em 26/08/2021. Aprovado em 10/10/2021.

² Universidade Paulista/ Universidade Federal Rural de Pernambuco. silva.j.e@outlook.com

³ Universidade Federal Rural de Pernambuco. alexsandobilar@yahoo.com.br



RELISE

164

ABSTRACT

The drug acquisition process in public agencies requires a set of techniques and procedures that involve a multidisciplinary team to meet their needs. A committed and responsible management is required to ensure the functioning of the institution, without harming the assisted community and the team of professionals who will perform the service, since high amounts of the available budget are invested. Hence, the acquisition of medicines depends on selection and standardization, and public establishments resort to bidding, in the electronic auction modality, which conditions economy and legitimacy in the use of financial resources, which are increasingly restricted, noting that the auction gives flexibility to the public entity. Knowledge of drug purchase rules and other issues that include packaging, storage, prices, should be considered. This study aimed to analyze the efficiency of the drug purchasing process in a public veterinary hospital, with systematic observation in loco and bibliographic survey of academic productions in recent years, considering the period from 2005 to 2019, indexed in the Capes, Google Academic and Scielo search platforms. It was concluded that the studied veterinary hospital unit develops an efficient and well-structured purchasing process, however, it lacks a better adaptation in terms of drug standardization and formalization of the team involved.

Keywords: management, hospital products, public agency, bidding.

INTRODUÇÃO

Um processo de compras requer um conjunto de métodos e critérios de forma a garantir grau de segurança, transparência, objetivos bem definidos e otimização de custos (ALMEIDA; ALLEVATO, 2011). Importante ressaltar que, no setor privado, as condições para a efetivação de compras envolvem outras questões como a globalização que, por natureza, impõe a concorrência de mercado (SANTOS, 2018). A tecnologia, no cenário atual, colabora para facilitar este processo que por meio de indicadores é possível o provimento com mais segurança.

Todas as organizações necessitam estabelecer critérios que envolvam o ato de comprar, suprir, repor, enfim, um conjunto de ações estratégicas



RELISE

(TASHIMA; GOMES, 2016) para manterem-se em pleno funcionamento, evitando a ruptura na prestação de serviços. Pois, a falta de materiais e produtos caracteriza ineficiência e ineficácia da gestão e, conseqüentemente, prejuízos na execução de todas as atividades organizacionais (LOPES; OLIVEIRA, 2016).

Ao Setor Público compete seguir o crivo das questões de legalidade e exequibilidade no processo de compras, visto que o orçamento público, cada vez mais contingenciado, (BRASIL, 1993) deve ser aplicado com responsabilidade, a propósito da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei complementar nº 101/2000) (LODI, 2018). Desta maneira, as compras, no âmbito do serviço público, podem ser relacionadas a uma forma de gerar o desenvolvimento sustentável ao passo que são estabelecidas regras acerca das características dos produtos e serviços a serem contratados (CARVALHO, 2017) com o propósito de poluir menos o meio ambiente.

Na gestão de compras de medicamentos, a determinação do mínimo de padronização e perfil de fluxo de estocagens e acondicionamento é condição para que todo o processo se constitua em aquisição de produtos com qualidade, onde a equidade é um elemento norteador e fundamental (ROMERO, 2018). Estes produtos requerem um aporte significativo de recursos financeiros que dependem de liberação orçamentária dos respectivos órgãos para a sua aquisição (PONTES *et al.*, 2017).

A aquisição de medicamentos é constituída por várias fases, a primeira passa pela escolha e seleção dos tipos, quantidades, formas de apresentação, volume, preços, custos e padronização (LIMA *et al.*, 2019), na segunda fase, reporta-se a forma de adquirir os remédios, que nas instituições públicas é utilizada a forma de licitação na modalidade pregão eletrônico como meio mais eficaz de oferta de produtos, publicizando a corresponsabilidade de todos os atores que participam do certame, empresas fabricantes e fornecedores diversos, bem como a instituição licitante.



RELISE

166

Por meio do pregão eletrônico as instituições públicas adquirem e estabelecem contratos para suprir suas necessidades (BRASIL, 2002a). Utilizando-se de ferramentas administrativas que garantam a gestão da oferta, a seleção dos produtos com qualidade. Pois, o princípio da isonomia refere-se a escolha da proposta mais vantajosa para a instituição pública versando nos preceitos e condicionamentos da Lei nº 10.520/2002 (ARANTES *et al.*, 2019).

Toda e qualquer contratação pelo serviço público é objeto de fiscalização, monitoramento e, portanto, merece especial atenção dos gestores para procederem de forma ética e responsável. As regras estabelecidas em leis são instrumentos que não podem ser ignorados. A modalidade pregão eletrônico consiste na forma mais indicada e utilizada pelos órgãos, e por seu alto nível de complexidade exige-se competência técnica e gerencial para condução do certame garantindo o princípio do interesse público.

Esta pesquisa buscou responder a seguinte pergunta: De que forma um hospital veterinário público realiza o seu processo de compras de medicamentos a fim de cumprir as exigências legais e atender as demandas da sociedade? Para tanto, o presente estudo tem como objetivo principal analisar o processo de compras de medicamentos de um hospital veterinário público.

GESTÃO ESTRATÉGICA E COMPRAS DE MEDICAMENTOS EM ÓRGÃO PÚBLICO

A compra pública é observada como uma ação do Estado para a implementação de serviços que compõem a contratação de obras e serviços de manutenção, bem como a aquisição de produtos em geral com visibilidade para otimização de preços e maximização da qualidade (OLIVEIRA; SANTOS, 2015). No cenário atual, esta observação acrescida do viés da sustentabilidade aponta um rumo desafiador para os atores públicos (CARVALHO, 2017), que não só devem suprir, como também publicizar todos os recursos envolvidos.



RELISE

A gestão pública vem praticando o método de compras sustentáveis e considerando o montante de recursos financeiros do Produto Interno Bruto - PIB, são investidos aproximadamente entre 10% e 15% (SILVA; BARKI, 2012). De um lado, o Estado e do outro, o mercado com suas mais diversas empresas concorrendo por participar em angariar parte destes recursos (COUTO; RIBEIRO, 2016). O Estado não só atua como um prestador de serviços, mas como um consumidor que exerce influência na dinâmica do mercado.

Toda e qualquer forma de compra nas instituições públicas deve seguir rigorosamente a legislação brasileira (FRADE, 2016), cuja forma utilizada para esse fim são as licitações (BRASIL, 2002a) com critérios e ajustes necessários para cada ambiente (MELO *et al.*, 2016), exigindo maior consistência na organização dos elementos necessários ao processo licitatório e considerando que o planejamento de compras de medicamentos se caracteriza por ser uma atividade gerencial de fluxo contínuo (BRITO, 2015) e, portanto, estratégica.

Gestão estratégica não é apenas uma ação da administração do órgão, é também uma área do conhecimento com amparo nas políticas de negócios (HERRERO FILHO, 2019) e nas políticas públicas. Sua essência emerge de diversas circunstâncias como a promoção da qualidade na prestação de serviços, a customização de processos, entre outros.

Como parte integrante e indissociável à gestão de compras, o orçamento da instituição norteia preponderantemente as fases de ressuprimento e aquisição, tendo em vista a caracterização situacional do órgão como necessidade ou manutenção de atividades funcionais, bem como por garantia constitucional do mínimo (BRASIL, 2000). Sendo assim, o setor de compras exerce papel importante e fundamental na administração dos recursos públicos.

Para efetivação das compras existe um conjunto de ações que as precedem como o levantamento de necessidades, pesquisa de mercado, conhecimento de fornecedores, organização e padronização de pedidos,



RELISE

168

escolha do método dentre outros (RAPOSO *et al.*, 2016). Isso porque a aquisição de medicamentos e materiais médico-hospitalares requer cuidados específicos que corroboram para a legitimidade e confiabilidade do uso e consumo consciente (CALDAS; NONATO, 2013).

Os recursos públicos, sob a ótica de uma nova contabilidade, pública impõe aos gestores o exercício da gestão com base nos princípios de eficiência e eficácia gerencial (OLIVEIRA, 2015), a ocorrência da gestão transparente engendra resultados pautados na transparência que aliada ao uso da tecnologia promove o fluxo contínuo de informações para melhor execução e afirmação da gestão (MOTA; OLIVEIRA JUNIOR; FREITAS, 2016). Contudo, a escolha de um modelo de acompanhamento e controle do processo de compras por meio de ferramentas tecnológicas é fundamental (ALLAN; LOBATO; MELO, 2018).

Neste sentido, a dinâmica de mercado exige competências e responsabilidades dos gestores de compras de medicamentos e outros produtos estabelecendo proximidade e relação de mercado entre entidade pública e seus fornecedores e fabricantes (SOUZA *et al.*, 2016). Ao Órgão Público compete o fechamento de contratos e prestações de serviços, como aquisição e alienação de bens e serviços, desde que o princípio do interesse público se demonstre garantido em todo o processo (REIS, 2017).

A participação de empresas de pequeno porte é cada vez maior, uma vez que, no processo de compras, é possível inserir o conceito de desenvolvimento local estimulando a economia e proporcionando maior contato e interações com fornecedores e fabricantes (CUNHA; LE BOURLEGAT, 2016). Sendo assim, associam o princípio da sustentabilidade ao processo de compras, onde as entidades públicas devem primar por serem vanguardistas e influir com suas práticas exemplares para a sociedade.

Compras sustentáveis versam um conceito que ganha notoriedade crescente e a administração pública vem aprimorando sua forma de gerenciar o



RELISE

processo de aquisição de produtos diante da complexidade desta temática, pois a prática sustentável exige novas formas de pensar e agir diante do consumo, seja na esfera pública, seja na esfera privada (OLIVEIRA; SANTOS, 2015).

Não se pode negar o avanço da tecnologia em produtos e equipamentos e cada vez mais, a ideia de preservação do meio ambiente percorre todos os setores da economia levando governos e empresas repensarem a forma de consumo e produção. Deve-se ressaltar que o Poder Público exerce fundamental influência na medida em que o entendimento do interesse público é parte indissociável das ações dos governos (SILVA; GUIMARÃES; SILVA, 2012).

O fluxo de pedidos e a necessidade de suprimento de medicamentos e demais produtos hospitalares vêm sendo exercidos sob a influência inegável da tecnologia, são construídas formas de controle por meio de softwares que facilitam com precisão a organização do fluxo de materiais e o momento correto de emissão de pedidos, servindo de forma conclusiva na avaliação e monitoramento dos custos organizacionais em relação ao orçamento financeiro disposto ao órgão (DINIZ *et al.*, 2019).

Na mesma direção, a utilização do Pregão Eletrônico vem sendo otimizado no sentido das compras realizadas de forma conjunta entre empresas e órgãos públicos, ou compras compartilhadas que costumam garantir melhor utilização de recursos financeiros e minimização dos preços praticados pelas empresas fornecedoras em relação ao volume de compras e logística de entrega (SILVA; BARKI, 2012).

Observa-se que a utilização de estratégias gerenciais com amparo na capacidade técnica e operacional do órgão público associada a pressupostos legais e princípios constitucionais como interesse público, remonta-se ao processo de compras com maior isonomia e equidade no uso dos recursos financeiros públicos. A gestão estratégica é uma necessidade real, o



RELISE

170

planejamento não reside em apenas um ato de gestão e sim um ato de responsabilidade pública e dever na prestação de contas à sociedade.

SELEÇÃO E PADRONIZAÇÃO DE MEDICAMENTOS

Órgãos públicos com atuação na área de saúde como hospitais e clínicas (incluindo as unidades de assistência à saúde animal), postos de saúde, farmácias, entre outros, são instituições que, de forma direta ou indireta, promovem a gestão de compras de medicamentos e materiais médico-hospitalares (ANDREOLI; DIAS, 2015).

Os medicamentos são produtos essenciais nestas instituições, necessitando critérios específicos na gestão de compras (DELLAMORA; CAETANO; CASTRO, 2014), onde a seleção correta dos itens constitui etapa consistente e vital ao processo de aquisição. Pois, a tecnologia de medicamentos compreende uma análise criteriosa de custos e benefícios (GOMES *et al.*, 2018).

Selecionar o rol de medicamentos para disponibilização e uso nas entidades públicas leva em consideração questões epidemiológicas da população assistida, questões técnicas e econômicas sob a vigilância de atores públicos capazes de assegurar o uso e manuseio dos mesmos (REMONDI, 2018). A seleção ratifica o processo de uso e a otimização de custos condicionando maior fluxo de atendimento e ressignificação de todo o processo de trabalho.

Notadamente que não há como desenvolver um processo de seleção e padronização de medicamentos a serem utilizados sem a participação de um conjunto multidisciplinar de profissionais que atuam no órgão, onde gestores de compras, farmacêuticos, médicos e enfermeiros dividem opiniões e experiências em suas respectivas atividades profissionais (SANTANA *et al.*, 2014), desta



RELISE

forma constituem uma comissão de trabalhos que visa o atendimento das necessidades evidenciadas.

A Comissão de Trabalhos segue um processo rigoroso e determinado para que haja exequibilidade e transparência na constituição da lista de medicamentos e demais produtos (KARNIKOWSKI *et al.*, 2017) que nortearão a gestão no desenvolvimento das possíveis formas de aquisição. Todo o processo é conduzido de forma técnica e gerencial visando ao máximo a redução de erros e falhas para a instituição.

Wannmacher (2010) cita a construção da lista de medicamentos como uma ação estratégica e essencial à gestão, pois seu impacto reflete a racionalização do uso e eficácia no atendimento da comunidade assistida, além de proporcioná-la segurança (SARAIVA *et al.*, 2019), sendo a seleção de medicamento um ato de responsabilidade de todos, da prescrição à dispensação, bem como um ato de gestão comprometida com o social e as questões legais.

De modo generalizado, a assistência farmacêutica rege os rumos do processo de seleção e padronização de medicamentos, sendo o segundo a base para acompanhar as restrições orçamentárias que acometem as instituições públicas da área (LIMA *et al.*, 2019). Este processo caracteriza o perfil de qualidade na assistência no sentido de facilitar o estabelecimento de regras que conduzem a seleção do rol de medicamentos a serem adquiridos.

A padronização de medicamentos é uma recomendação técnica que reside em um processo rígido que garanta o mínimo possível de características comuns de cada produto, com ela é possível estimar e garantir o acesso à universalização de dados fundamentais para aquisição dos mesmos, não se trata de limitar, mas de ampliar as condições de acessibilidade e utilização segura (ALMEIDA *et al.*, 2018).



RELISE

172

A falta de critérios na padronização ou ausência de padronização pode incorrer em situações conflitantes na relação instituições-comunidade assistida, alguns dos medicamentos nem sempre são dispensados pelo órgão prestador do serviço à população assistida acarretando a judicialização (OLIVEIRA ANUNCIAÇÃO *et. al.*, 2019), sobretudo, quando o medicamento é de alto custo associado ou não a critérios de exclusividade de produção e distribuição.

Verifica-se a importância do processo de seleção e padronização de medicamentos e outros produtos médico-hospitalares, cujos resultados apontam para diminuição de desigualdades e ampliação do acesso a diversificada quantidade de produtos. A falta de critérios neste processo pode incorrer em sérios agravos aos usuários dos serviços de saúde.

METODOLOGIA

Esta pesquisa, caracterizada pelo método qualitativo e descritivo, classifica-se como um estudo de caso realizado em uma unidade hospitalar veterinária pública durante o período de setembro a novembro de 2019. Realizou-se uma revisão bibliográfica em periódicos no período de 08 de novembro/2019 a 22 de fevereiro/2020. Procedeu-se observação direta sistemática *in loco* em uma unidade hospitalar veterinária, do segmento público, levantou-se como se processa a gestão de compras em órgãos públicos de medicamentos e materiais médico-hospitalares nas produções acadêmicas dos últimos quinze anos.

Nesta modalidade, Yin (2016) cita que é necessário estabelecer um criterioso levantamento de dados indiretos, com uso de fontes em livros, documentos, artigos de periódicos e revistas, teses e dissertações, possibilitando ao pesquisador acesso às informações atualizadas sobre o fenômeno estudado e a perspectiva de novas reflexões acerca do tema.



RELISE

173

Foi utilizado o recorte temporal entre 2005 e 2019 para as fontes bibliográficas referentes aos artigos, notas técnicas, estudo de caso de periódicos e em revistas, foram consultadas e catalogadas das plataformas: portal de periódicos da Comissão de Aperfeiçoamento Profissional de Nível Superior (Capes), *Google Acadêmico* e *SciELO*, no período supra citado, referenciadas em escala Brasil compreendendo os entes federados, utilizando os descritores, usualmente usados na literatura, gestão, compras, gestão de compras, padronização de medicamentos e seleção de medicamentos, compras sustentáveis, seleção de produtos hospitalares, tipos de compras em órgão públicos e, medicamentos.

Com estes descritores foram analisadas 138 obras sendo que, após leitura dos respectivos resumos, foram selecionados 39 artigos, cujo critério de seleção enfatizou a importância e aderência com o tema. Também foram consultados seis documentos normativos oficiais como resoluções, normas, leis e portarias e dissertações de mestrado, e três livros das áreas de metodologia da pesquisa e compras públicas, para a composição final do aporte teórico ao desenvolvimento desta pesquisa.

LÓCUS DA PESQUISA

A pesquisa foi desenvolvida sob a observação sistemática de um processo de compras em uma unidade hospitalar pública veterinária situada na Região Metropolitana de Recife-PE. Manteve-se a identificação da unidade no anonimato de forma a garantir e preservar a imagem da instituição e de todos os profissionais lotados nos diversos setores envolvidos diretamente com o processo de compras.

O período de observação compreendeu os meses de setembro a novembro de 2019, com anuência da Coordenação da unidade hospitalar. A escolha da unidade levou em consideração sua importância no atendimento e



RELISE

174

prestação de serviços públicos com qualidade à comunidade assistida. Cabe destacar que na unidade de saúde além de exames laboratoriais foram atendidos em 2018, mensalmente, 320 casos clínicos (clínica médica) e realizados 104 procedimentos cirúrgicos diversos.

Foram consideradas as etapas de observação seguindo o roteiro a seguir:

- ✓ Requisição de medicação do ambulatório ao setor de farmácia para dispensação;
- ✓ Recebimento da relação de materiais e medicamentos para aquisição e compras;
- ✓ Organização da lista final de produtos;
- ✓ Processo de elaboração do Termo de Referência;
- ✓ Realização da pesquisa para levantamento de preços que fundamentará a margem de preços a serem praticados no processo de compra;
- ✓ Encaminhamento do processo administrativo de compras para o setor de Compras da instituição mantenedora da unidade hospitalar

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Buscando informações mais atualizadas e publicadas durante cinco anos, no Quadro 1 estão os artigos por ordem de prioridade no período de 2015 a 2019, por relevância ao estudo.

Algumas publicações, no período levantado, não abordavam a reflexão deste estudo. Porém, ao versar o tema compras públicas nota-se um aumento na preocupação com as compras públicas alinhadas ao viés da sustentabilidade. Na perspectiva da sustentabilidade foi possível verificar a aquisição de produtos e medicamentos que não gerem resíduos volumosos ou que contribuam ao processo de degradação do meio ambiente.



RELISE

175

Quadro 1. Artigos científicos abordados na gestão de compras depositados nas plataformas Capes, Google Acadêmico e Scielo.

Autor/ano	Título do Artigo	Tema proposto	Revista
Arantes, et al., 2019	Avaliação dos desfechos em processos licitatórios na modalidade pregão eletrônico de um hospital universitário	Reflexão sobre sucesso e fracasso nas licitações/pregão	Administração e Saúde
Oliveira Anunciação et al., 2019	Medicamentos de Alto Custo no Brasil: uma análise sobre a judicialização da saúde pública.	Direito a Saúde	Ciências Humanas e Sociais
Saraiva et al., 2019	Segurança do paciente na administração de medicamentos pela equipe de enfermagem: elaboração e implementação de um panfleto educativo	Reflexão sobre a segurança da medicalização	Mostra interdisciplinar do curso de enfermagem
Almeida; Sono, 2018	Função compras no setor público: desafios para o alcance da celeridade dos pregões eletrônicos	Reflexão sobre compras	Administração Pública
Remondi, 2018	Uma proposta de renovação da seleção de medicamentos no SUS: a regionalização como estratégia e experiência para superação de desafios	Reflexão sobre a seleção de medicamentos	Saúde Pública
Carvalho, 2017	A gestão de compras e o processo de licitação no setor público.	Reflexão sobre a relação do processo de compras e licitação	Administração
Karnikowski et al., 2017	Characterization of the selection of medicines for the Brazilian primary health care	Saúde Pública na Atenção Primária	Saúde Pública
Pontes et al, 2017	Aplicação de recursos financeiros para aquisição de medicamentos para atenção básica em municípios brasileiros	Saúde Pública na Atenção Básica	Ciência & Saúde Coletiva
Melo, et al., 2016	A gestão de materiais médico-hospitalar em hospital público.	Reflexão sobre gestão de materiais	Gestão e Saúde
Andreoli; Dias, 2015	Planejamento e gestão logística de medicamentos em uma central de abastecimento farmacêutico hospitalar.	Logística Hospitalar	Administração Hospitalar
Brito, 2015	Aquisição de Medicamentos pela Administração Pública: judicialização e controle pelo Tribunal de Contas	Direito a Saúde	Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais
Oliveira; Santos, 2015	Compras Públicas como política para o desenvolvimento sustentável.	Reflexão sobre compras públicas	Administração Pública

Fonte: Silva (2020)



RELISE

Neste sentido, a literatura levantada não apresentou diretamente a questão de compras em unidade hospitalar veterinária pública, limitando-se à importância das questões que envolvem a padronização de medicamentos sob a ótica da gestão farmacêutica. Pois, na perspectiva da gestão de compras como uma ação estratégica e instrumento de gestão não se verificou estudos específicos da área.

Os periódicos com maior ênfase ao tema estudado figuram na área de administração (hospitalar, saúde pública, saúde coletiva), neles os estudos concentram-se em abordagens ampliadas no uso e padronização de fármaco. Pois, a respeito dos processos internos que compreendem a parte inicial de planejamento e escolha dos fármacos e demais produtos, a literatura apresenta-se escassa de informações.

O PROCESSO DE COMPRAS DE MEDICAMENTO EM UM HOSPITAL VETERINÁRIO

Os dados obtidos com o estudo demonstraram que o processo de compras de medicamentos e demais materiais adotado pelo Hospital Veterinário vem sendo desenvolvido de forma sistemática e coletiva. Verificou-se que há uma equipe de apoio que atua na gestão da unidade hospitalar que contempla duas frentes, sendo a primeira gerenciada por um Coordenador Administrativo, a outra por um Coordenador Técnico seguindo o fluxo de trabalho conforme a Figura 1.

Cada grupo de trabalho se encarrega de ordenar as prioridades e montagem das listas de compras que são resultantes de demandas de diversas áreas do hospital, como clínica médica, clínica cirúrgica, serviço de imagem, laboratórios, entre outras. Nesta etapa não há evidências da existência de um modelo de portfólio de compras que fundamente o critério de escolhas e



RELISE

177

montagem das relações de produtos conforme suas características (MEDEIROS *et al.*, 2017).

Figura 1- Fluxograma de trabalhos na montagem das listas de medicamentos e materiais diversos



Fonte: Silva (2020).

O recolhimento das demandas segue um cronograma estabelecido pela equipe e tem como base a previsibilidade do consumo e o momento de reposição ou aquisição de novos produtos, o controle quanto ao tempo de recebimento das demandas segue como uma etapa estratégica da gestão ratificando a afirmação de Costa *et al* (2018). A inobservância de uma política de padronização de medicamentos e demais materiais contribui para a repetição de itens diferentes com o mesmo propósito, indo de encontro ao pensamento de Almeida *et al* (2018), que defende a uniformização e padronização das relações de produtos favorecendo a exequibilidade do processo de compras.

De posse das diversas demandas é realizada uma triagem e montagem da lista final, considerando as características e classificação dos produtos, gerando uma categorização como: produtos químicos, fármacos, material médico hospitalar e descartáveis. Observou-se que apesar do procedimento de seleção e organização da lista, não se verifica a padronização sistematizada de produtos e de fornecedores que para Santos e Daher (2018) é uma questão imprescindível. Contudo, este processo leva tempo para que a lista final obtenha o formato adequado para uniformização da tabela que servirá de base na formulação do Termo de Referência.



RELISE

O Termo de Referência é um documento oficial da unidade hospitalar que fundamenta toda a justificativa para aquisição dos produtos, bem como estabelece os critérios necessários quanto a participação de fornecedores, o porte da empresa, questões relacionadas a data de fabricação e fornecimento, entre outras questões sumariamente importantes ao processo de compra e desta forma atendendo a legislação brasileira (BRASIL, 1993; BRASIL, 2002b), bem como convergindo com Frade (2016).

Com a tabela pronta o processo de compra entra na fase de pesquisa de preços por meio do acesso ao portal do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão do Governo Federal disponível em: <<http://paineldeprescos.planejamento.gov.br/>>, onde são coletados os dados (código do material, descrição, unidade de fornecimento, preço e cotação de ao menos três pregões realizados no ano anterior ou letivo) (Ver Quadro 2). Nesta etapa verificou-se que a constituição dos dados está associada a critérios de qualidade dos produtos para uso na unidade hospitalar que visa a segurança da comunidade assistida concordando com o pensamento de Gonçalves Filho *et al*) (2018).

Para melhor embasamento dos preços praticados mediante a aquisição dos medicamentos é alinhado aos dados tabulados o garimpo dos últimos três pregões realizados pelo Governo Federal em seus diversos órgãos que comprovem os preços e legitimem o pedido de compra, este processo se realiza com os orçamentos anexados (no mínimo três) ao termo referência, o acesso pelo portal Ministério (disponível em: <<https://www.comprasgovernamentais.gov.br/index.php/consultass>>).

A fase final do processo de compra se dá com o envio do Termo de Referência ao setor de compras da instituição mantenedora por meio de um processo administrativo, que assume o papel da aquisição por meio de pregão eletrônico, considerando a modalidade de ata de registro de preço. Este



RELISE

179

processo conta com o apoio jurídico da instituição para seguir rigorosamente a Lei nº 8.666/93 e a Lei nº 10.520/02 que regem o processo de compra e aquisição de produtos em órgão público.

Quadro 2. Modelo de Tabulação praticado pela unidade de saúde.

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	FORMATO	CATMAT	QTD	VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL
	Peróxido de hidrogênio (água oxigenada), tipo: 10 volumes	Litro	277319	40	R\$ 407,33

Fonte: Silva (2020).

Este modelo é seguido por várias instituições, considerando as particularidades de cada uma. Os produtos são ordenados alfabeticamente e o código catmat é específico para cada um conforme descrição no sistema de catalogação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No hospital veterinário público objeto deste estudo, apesar de seguir preceitos constitucionais acerca do processo de compras de medicamentos e demais materiais, não foi observado sistematicamente um processo de compras bem estruturado. Constatou-se a necessidade de melhorias, sobretudo, no quesito padronização e seleção de produtos e fornecedores, a formação de uma equipe multiprofissional apresentou-se como iminentemente necessária ao processo, haja vista que as demandas dos diversos setores demonstraram a falta de comunicação efetiva entre eles e as coordenações, administrativa e técnica.

Efetuar compras de medicamentos requer estudos técnicos sobre demanda e orçamento, tendo vista que a forma precisa na seleção e padronização dos medicamentos acarreta ganhos do ponto de vista terapêutico e econômico.



RELISE

O sistema de compras por licitação na modalidade pregão eletrônico reside na única forma legal pela qual as instituições públicas devem proceder para aquisição de seus insumos e, a falha de gerenciamento do sistema pode incorrer em improbidade administrativa no uso dos recursos financeiros. O banco de dados do “Painel de Compras Governamentais ou Portal Comprasnet”, utilizado para seleção e identificação dos produtos, apresenta inconsistências e dificuldades no acesso às informações e categorização dos produtos com suas respectivas características atualizadas.

Esta modalidade acrescentou ganhos significativos para a administração pública devido a sua maior transparência no uso dos recursos financeiros, mesmo assim não deixa de representar um processo de compras complexo e extremamente demorado. Onde o nível de capacitação técnica dos profissionais envolvidos é parte indissociável o que se evidenciou ser necessário na unidade de saúde estudada.

A pesquisa mostrou que a produção acadêmica publicada, nas plataformas Capes, Google Acadêmico e Scielo, no idioma português, na área de gestão de compras com viés na seleção e padronização de medicamentos ainda é limitada.

Por fim, diante do atual cenário que aponta o contingenciamento da esfera pública, este estudo demonstrou que para elevar a eficiência nessa área, em organizações como a estudada, faz-se necessário otimizar o diálogo entre setores e departamentos para obter maior eficiência nas formas e métodos de prescrição de medicamentos e requisições de compra.

REFERÊNCIAS

ALLAN, J. de A.; LOBATO, A.; MELO, A. Desenvolvimento e Avaliação do Sistema de Apoio a Gestão de Compras e Almoxarifado da Universidade Federal Rural da Amazônia. **Revista de Tecnologia da Informação e Comunicação da Faculdade Estácio do Pará**, v. 1, n. 2, p. 45-65, 2018.



RELISE

ALMEIDA, A. A. M de; SANO, H. Função compras no setor público: desafios para o alcance da celeridade dos pregões eletrônicos. *Revista de Administração Pública*. Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 89-106, 2018.

ALMEIDA, A. L. G. et al. Padronização da Relação Municipal de Medicamentos: uma proposta de harmonização no município de Ananindeua-Pará. **Infinitum: Revista Multidisciplinar**, v. 1, n. 1, p. 54-68, 2018.

ALMEIDA, J. C. A.; ALLEVATO, R. C. G. Planejamento de compras em rede hospitalar pública: estudo de caso da rede hospitalar federal no Rio de Janeiro. **Projeto Final apresentado ao curso de MBA–Gestão de Saúde da Universidade Federal Fluminense. Niterói (RJ)**, 2011. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/2818601-Jose-claudio-de-azevedo-almeida-planejamento-de-compras-em-rede-hospitalar-publica-estudo-de-caso-da-rede-hospitalar-federal-no-rio-de-janeiro.html>>. Acesso em: 10 jan. 2020.

ANDREOLI, Gustavo Luís Meffe; DIAS, Cleidson Nogueira. Planejamento e gestão logística de medicamentos em uma central de abastecimento farmacêutico hospitalar. **RAHIS**, v. 12, n. 4, 2015.

ANUNCIAÇÃO, Edmilson de Oliveira et al. Medicamentos de alto custo no brasil: uma análise sobre a judicialização da saúde pública. **Caderno de Graduação-Ciências Humanas e Sociais-UNIT**, v. 5, n. 3, p. 241, 2019.

ARANTES, Tiago et al. Avaliação dos desfechos em processos licitatórios na modalidade pregão eletrônico de um hospital universitário. **Revista de Administração em Saúde**, v. 19, n. 76, 2019.

BRASIL. Constituição. Emenda constitucional n. 29, de 13 de setembro de 2000. Altera os arts. 34, 35, 156, 160, 167 e 198 da Constituição Federal e acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para assegurar os recursos mínimos para o financiamento das ações e serviços públicos de saúde. *DOU*, Brasília, DF, 14 set. 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc29.htm>. Acesso em: 12 jan. 2020.

BRASIL. Decreto nº 4.131, de 14 de fevereiro de 2002a. Dispõe sobre instituir normas para licitações e contratos da administração pública e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, seção 1, pt. 1, p. 1, 15 fev. 2002. Disponível em: <



RELISE

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&pid=S0034-7612201500010018900007&lng=en. Acesso em: 06 jan. 2020.

BRASIL. Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002b. Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10520.htm>. Acesso em: 12 jan. 2020.

BRASIL. Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. Dispõe sobre normas gerais de licitações e contratos administrativos no âmbito dos Poderes da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, seção 3, pt, p. 1, 22 jun. 1993. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1993/lei-8666-21-junho-1993-322221-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 12 jan. 2020.

BRITTO, Érica Apgaua de. Aquisição de medicamentos pela Administração Pública: judicialização e controle pelo Tribunal de Contas. **Revista do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais**, v. 33, n. 1, 2015.

CALDAS, Eduardo de Lima; NONATO, Raquel Sobral. Compras públicas e promoção do desenvolvimento local. **Revista Serviço Público**, v. 64, n. 64, p. 465-480, 2013.

CARVALHO, Maria Balbina. A gestão de compras e o processo de licitação no setor público. **Caderno de Graduação-Ciências Humanas e Sociais-UNIT**, v. 4, n. 1, p. 165, 2017.

COSTA, Ana Caroline Rauber et al. Mapeamento do Processo de Compras: Uma Ferramenta Para Gestão Hospitalar. **Revista Pleiade**, v. 12, n. 24, p. 79-88, 2018.

COUTO, Hugo Leonnardo Gomides do; RIBEIRO, Francis Lee. Objetivos e desafios da política de compras públicas sustentáveis no Brasil: a opinião dos especialistas. **Revista de Administração Pública**, v. 50, n. 2, p. 331-343, 2016.

CUNHA, M. A. S; LE BOURLEGAT, Inclusão e perspectivas de desenvolvimento da microempresa e empresa de pequeno porte no processo de compras governamentais na esfera federal. **Interações**, v. 17, n. 3, p. 410-421, 2016.



RELISE

183

DELLAMORA, Elisangela da Costa Lima; CAETANO, Rosângela; CASTRO, Claudia Garcia Serpa Osório de. Seleção ou padronização? Erros e acertos que podem (des) orientar o processo de escolha de medicamentos essenciais. **Revista Brasileira de Farmácia**, v. 95, n. 1, 2014.

DINIZ, A. S. M. et al. Proposta de modelagem de um sistema informatizado de gestão de medicamentos e materiais médico-hospitalares nas organizações militares de saúde do Exército Brasileiro. **RICAM Revista Interdisciplinar de Ciências Aplicadas à Atividade Militar**, v. 1, n. 1, p. 83-101, 2019.

FRADE, Marissandra Arantes. Falhas Institucionais na relação entre Fornecedores e Provedores Públicos de medicamentos em Belo Horizonte. **Projetos, dissertações e teses do Programa de Doutorado e Mestrado em Administração**, v. 11, n. 1, 2016.

GOMES, Gabrielle Kéfrem Alves et al. Incorporation of new drugs into the Unified Health System (SUS): existing gaps and emerging needs. **Revista Brasileira de Farmácia Hospitalar e Serviços de Saúde**, v. 9, n. 2, p. 009-092, 2018.

GONÇALVES FILHO, Fábio Vilas et al. Estratégias para melhoria da qualidade dos materiais hospitalares licitados em pregão eletrônico. **Enfermagem Brasil**, v. 17, n. 4, p. 308-317, 2018.

HERRERO FILHO, Emílio. **Balanced Scorecard e a gestão estratégica: uma abordagem prática**. Alta Books Editora, 2019.

KARNIKOWSKI, Margô Gomes de Oliveira *et al.* Characterization of the selection of medicines for the Brazilian primary health care. **Rev. Saúde Pública**, v. 51, n. supl 2, 2017.

LIMA, Francine Alessandra Costa de *et al.* Estratégias de organização de medicamentos e correlatos numa farmácia satélite no centro cirúrgico de um hospital filantrópico de Jacareí/SP/Strategies of organization of medicines and correlates in a satellite pharmacy in the surgical center of a philanthropic hospital of Jacareí/SP. **Brazilian Journal of Health Review**, v. 2, n. 4, p. 2699-2708, 2019.

LODI, Graziela. Análise do impacto da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000) no desempenho das finanças públicas dos municípios do Estado de Mato Grosso. 2018.



RELISE

184

LOPES, Lilian Regina; OLIVEIRA, Paulo André. A aplicação da logística reversa como estratégia economicamente sustentável. **Tekhne e Logos**, v. 7, n. 1, p. 57-69, 2016.

MEDEIROS, Marlene et al. Uma aplicação do FTOPSIS-Sort para classificação de um portfólio de compras hospitalares. **Simpósio Brasileiro de Pesquisa Operacional (49.: 2017: Blumenau, BR-SC). Anais. Blumenau, SC: FURB, 2017**, 2017.

MELO, Adriana Borges et al. A gestão de materiais médico-hospitalar em hospital público. **Revista Eletrônica Gestão e Saúde**, n. 1, p. 369-387, 2016.

MOTA, Thális Bicalho; OLIVEIRA JÚNIOR, Antônio Márcio Coutinho de; FREITAS, Alan Ferreira de. Desenvolvimento e uso de um software de gestão sob a ótica das dimensões organizacional, tecnológica e humana em empresas públicas. **Navus-Revista de Gestão e Tecnologia**, v. 6, n. 3, p. 70-87, 2016.

OLIVEIRA, Bernardo Carlos S.C.M de.; SANTOS, Luis Miguel Luzio de. Compras públicas como política para o desenvolvimento sustentável. **Revista de Administração Pública**, v. 49, n. 1, p. 189-206, 2015.

OLIVEIRA, Deyvison de lima et al. Sucesso de Sistemas de Informações na Administração Pública: Proposta de Um Modelo Exploratório. **Future Studies Research Journal: Trends & Strategies**, v. 7, n. 2, 2015.

PONTES, Marcela Amaral et al. Aplicação de recursos financeiros para aquisição de medicamentos para atenção básica em municípios brasileiros. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 22, p. 2453-2462, 2017.

RAPOSO, Matheus Hortas et al. A importância do planejamento de compras para a gestão estratégica de suprimentos. **Compras públicas estaduais–Boas práticas brasileiras**, p. 204, 2016.

REIS, José Hildebrando Oliveira dos et al. Gestão de compras públicas: uma proposta para melhorar o processo de compras em um setor de saúde pública. 2017. Disponível em: < <https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/5932>>. Acesso em: 20 dez. 2019.

REMONDI, Felipe Assan. Uma proposta de renovação da seleção de medicamentos no SUS: a regionalização como estratégia e experiência para



RELISE

185

superação de desafios. **Revista de Saúde Pública do Paraná**, v. 1, n. 1, p. 83-90, 2018.

ROMERO, Jorge Daniel. **Análisis de intereses y criterios para la adquisición de Productos Médicos Activos en el Hospital Regional Ushuaia. Migración de Tecnología analógica a digital del servicio de diagnóstico por imágenes. (2014-2015)**. 2018. Dissertação (Mestrado em Gestão de Sistemas e Serviços de Saúde) – Universidad Nacional Rosario. Universidade da Argentina, Rosário, 2018.

SANTANA, Rafael Santos et al. A institucionalização da seleção de medicamentos em hospitais públicos por meio do planejamento estratégico situacional. **Revista de Administração Pública-RAP**, v. 48, n. 6, p. 1587-1603, 2014.

SANTOS, Nádia Patrícia dos. **Gestão de compras no setor público: uma análise do processo de compras de um órgão público municipal do estado de Minas Gerais**. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Administração) – Universidade Federal do Rio Preto, Mariana, 2018.

SARAIVA, Francisca Rutiane Sampaio et al. Segurança do Paciente na Administração de Medicamentos pela Equipe de Enfermagem: elaboração e implementação de um Panfleto Educativo. **Mostra Interdisciplinar do Curso de Enfermagem**, v. 3, n. 1, 2019.

SILVA, José Jaílson; GUIMARÃES, Patrícia Borba Vilar; SILVA, Eva Cristina. Compras públicas sustentáveis: aspectos legais, gerenciais e de aplicação. **Registros Contábil**, v. 3, n. 1, p. 45-61, 2015.

SILVA, Renato Cader da; BARKI, Teresa Villac Pinheiro. Compras públicas compartilhadas: a prática das licitações sustentáveis. **Revista do Serviço Público**, Brasília, v. 63, n. 2, p. 157-175, 2012.

SOUSA, Adail José de et al. Controladoria na Gestão de Compras como Estratégia na Busca da Eficiência e Otimização do Resultado Econômico. **Management Control Review**, v. 1, n. 1, p. 43-58, 2016.

TASHIMA, Lucelia da Costa Nogueira; GOMES, Juliana Constante. Gestão de Compras na Administração Pública. **REPAE-Revista de Ensino e Pesquisa em Administração e Engenharia**, v. 2, n. 1, p. 92-108, 2016.



RELISE

186

WANNMACHER, Lenita. Seleção de medicamentos essenciais: propósitos e consequências. **Tempus Actas de Saúde Coletiva**, v. 4, n. 3, p. 23-29, 2010.

YIN, Robert K. **Pesquisa qualitativa do início ao fim**. Porto Alegre. Penso Editora, 2016.